ENTREVISTA

Luiz Moreira

Conselheiro do CNMP fala sobre o MP contemporâneo

PÁGINA 15

Ano VI nº 67 – OUTUBRO – 2011

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Fotos: Ascom/ANPT

23º ENPT reune cerca de 500 participantes no Ceará

Entre os dias 6 e 9 de outubro, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho realizou mais uma edição do Encontro Nacional de Procuradores do Trabalho, que, neste ano, trouxe muitas novidades para os participantes. Um colóquio com conselheiros do CNMP permitiu maior aproximação entre associados e o Conselho.

PÁGINAS 8 a 13

Audiência Pública discute terceirização

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou, nos dias 4 e 5 de outubro, evento cujo objetivo foi ouvir especialistas sobre o tema. A ANPT participou da audiência e pôde levantar pontos importantes sobre o assunto.

PÁGINA 3

Foto: Ascom/ANPT

FRENTAS

PGR garante apoio aos pleitos de entidades associativas

Página 4

CONVÊNIOS

Associação fecha novas parcerias

Página 16

Caro Associado,

É sempre uma grande satisfação reunirmo-nos com os colegas, ano após ano, em cada edição do Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT) e, neste 23º ENPT, realizado em outubro no Estado do Ceará, contamos com a presença de quase 500 pessoas, o que tornou o evento ainda mais especial, propiciando um inegável e inestimável congraçamento entre associados, convidados, amigos e familiares.

Juntamente com essa maior aproximação propiciada por nossos Encontros, na edição deste ano ainda contamos com algumas novidades, a exemplo do colóquio realizado com conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – dentre eles o Corregedor Nacional do Ministério Público (MP), nosso associado Jeferson Luiz Pereira Coelho –, que lá apresentaram diversos esclarecimentos a respeito do órgão responsável pelo controle externo do MP, bem como sobre o Ministério Público brasileiro como um todo, inclusive respondendo a questionamentos apresentados na oportunidade por vários associados.

Dando continuidade a essa linha, o nosso entrevistado deste mês é o conselheiro Luiz Moreira, o qual aborda questões que, no mínimo, merecem uma reflexão aprofundada por parte de todos os membros do Ministério Público, em especial por levar à inevitável conclusão de que não se pode admitir a eventual preponderância de qualquer ramo do MP em detrimento dos demais.

Também nesta edição do informativo, tratamos da relevante participação da ANPT na audiência pública realizada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para discutir, de forma ampla, a temática da terceirização, assim como o cotidiano envolvimento da entidade em tudo que diz respeito à matéria, inclusive no que tange ao acompanhamento de projetos em trâmite no parlamento e à participação de reuniões realizadas no Ministério da Justiça sobre o tema.

No que concerne aos interesses mais diretos da categoria, o incansável trabalho da ANPT continua, inclusive coordenando a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (Frentas), a qual, em reunião com o procurador-geral da República, obteve o expresso apoio de sua Excelência aos pleitos comuns das entidades que compõem a Frentas, não sendo demais ressaltar que tal parceria, num momento difícil como o vivido atualmente, mostra-se fundamental.

Trazemos, ainda, a cobertura de diversos outros eventos aos quais a nossa entidade de classe se fez presente, informações acerca de novos convênios firmados ao longo das últimas semanas, trazendo novos benefícios para os associados, e muito mais.

Boa leitura!

Diretoria da ANPT

CURTAS

PRT-11 tem novo procurador-chefe

Foi empossado, no dia 29 de outubro, o novo procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho do Estado de Amazonas, e Roraima (11ª Região), Jeibson dos Santos Justiniano. A delegada da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) na Regional, Andrea da Rocha Carvalho Gondim, representou a entidade na ocasião.

Após assinar o termo de posse e de exercício, o novo procurador-chefe agradeceu pela oportunidade. "Espero contar com os colegas, no sentido de me darem apoio durante toda a minha gestão. O objetivo maior é que possamos ir de encontro aos problemas enfrentados em nossa unidade e solucioná-los", destacou.

"Carne, Osso" recebe menção honrosa

O documentário "Carne, Osso", produzido pela ONG Repórter Brasil, com o apoio da ANPT, recebeu menção honrosa da Agência Européia para Segurança e Saúde no Trabalho, durante a 54ª edição do Festival Internacional de Documentário e Cinema de Animação (DOK Leipzig), na Alemanha. O filme estava entre os dez indicados para o prêmio, concorrendo com produções do mundo inteiro.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012**

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

Raulino Maracajá Coutinho Filho
DIRETOR

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Estagiária: Natália Moraes, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.450 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

"Não há como contestar que existe desrespeito ao meio ambiente de trabalho dos terceirizados"

Foto: Ascom/ANPT

Sebastião Caixeta chamou a atenção para dados preocupantes sobre a terceirização

Foi realizada, nos dias 4 e 5 de outubro, no Tribunal Superior do Trabalho (TST), audiência pública sobre terceirização de mão de obra, cujo objetivo foi ouvir especialistas na área e dar maior legitimidade às decisões do Tribunal. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, foi um dos palestrantes.

Em sua manifestação, o presidente da ANPT ressaltou que o quadro que traz maior prejuízo, em relação à terceirização, diz respeito à situação do meio ambiente, da segurança e da medicina do trabalho. O procurador chamou a atenção para dados preocupantes em relação a essas questões. De cada cinco mortes em empresas, quatro são de trabalhadores terceirizados. "Não há como se contestar que existe um desrespeito em relação ao meio ambiente de trabalho dos terceirizados", completou.

Outra preocupação apontada pelo palestrante foi a relação entre terceirização e o trabalho escravo. Caixeta informou que nas operações de combate a essa chaga, normalmente se verifica que há a contratação por meio da pessoa, empresa ou pessoa física numa relação triangular "que gera essa situação de exploração máxima do trabalho escravo e isso tem sido documentado, porque já temos quase 40 mil pessoas resgatadas".

O presidente da ANPT reforçou que, no Brasil, a terceirização foca excessivamente na redução dos custos. Para Caixeta, ela provoca a precarização, a discriminação, a redução dos direitos e o aumento do número de acidentes de trabalho. "Ela não cria emprego, uma vez que só faz a substituição dos empregadores diretos pelos terceirizados. A sua aplicação de maneira indiscriminada leva, fatalmente, ao aniquilamento da proteção social e ao extermínio do Direito do Trabalho".

Sobre a questão da regulamentação da terceirização, Caixeta falou sobre um projeto de Lei, recentemente elaborado pela Comissão de Alto Nível do Ministério da Justiça, da qual a ANPT faz parte. Informou que ele contempla todas as preocupações em relação ao trabalho terceirizado e delimita as condições para a sua utilização.

* Confira a íntegra da participação da ANPT pelo *site* www.anpt.org.br

ANPT discute projeto que trata da regulamentação do trabalho terceirizado

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, acompanhado do vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, no dia 31 de outubro, de reunião com o deputado Roberto Santiago (PV-SP) para discutir o Projeto de Lei nº 4.330, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços e as relações de trabalho dele decorrentes.

Foto: Ascom/ANPT

ANPT visita parlamentar para propor mudanças no PL 4.330

A ANPT propôs modificações do texto com o objetivo, dentre outros pontos, de impedir a precarização das relações de trabalho, vedar a terceirização de atividades-fim, retirar a menção aos arts. 593 a 609 do Código Civil e estabelecer a responsabilidade solidária do tomador de serviços. A entidade sugeriu, ainda, restringir ao máximo os casos de subcontratação, reconhecer a isonomia de direitos entre terceirizados e empregados diretos, além de declarar a representação sindical pelo sindicato da categoria profissional preponderante da empresa tomadora, salvo quando se tratar, efetivamente, de categoria diferenciada.

Na parte da manhã, outra reunião, realizada na Secretaria Reforma do Judiciário (SRJ), teve por objetivo discutir possíveis mudanças no PL 4.330 e, assim, trazer contribuições para evitar precarização das relações de trabalho, em especial no que se refere à terceirização. Reunião semelhante, com a presença de ministros do TST e de representantes de centrais sindicais, foi realizada na semana seguinte, também, na SRJ.

PGR garante apoio aos pleitos da Frente Associativa da magistratura e do MPU

Integrantes da Frente Associativa da magistratura e do Ministério Público da União, coordenada pelo presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, estiveram reunidos no dia 27 de outubro com o procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos. O objetivo da reunião foi o de articular apoio para a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) de interesse das categorias, como o que recompõe as perdas inflacionárias dos membros das duas carreiras.

No início da reunião, o presidente da ANPT ressaltou a importância do dia 21 de setembro, Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, por meio do qual cerca de 1.500 membros das duas carreiras viajaram a Brasília para chamar a atenção do Congresso Nacional e do governo para questões como uma política remuneratória que recomponha as perdas inflacionárias e um sistema de saúde, previdência e segurança adequado. Na ocasião, Caixeta reputou fundamental buscar um trabalho em parceria com o procurador-geral da República que, por sua vez, mostrou-se favorável à iniciativa.

Em relação, especificamente, aos PLs que reajustam os subsídios, o grupo discutiu, como alternativa para a aprovação imediata da recomposição inflacionária, a proposta de que o reajuste seja concedido de forma escalonada, em quatro parcelas, sendo 5,25% retroativo a janeiro deste ano, 4,81% a serem pagos em janeiro de 2012, uma terceira, de 4,81%, em julho de 2012, e uma quarta parcela, de 4,81%, para janeiro de 2013.

Frentas articula com PGR apoio para a aprovação de PLs de interesse das categorias

Fotos: Ascom/ANPT

Durante a conversa, Gurgel afirmou que está disposto a colaborar com as negociações. "A proposta é uma demonstração de que as categorias não estão radicalizando, que têm consciência da crise, e de que ela é uma opção conciliadora", disse.

Frentas define estratégias de atuação

Sob a coordenação do presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, integrantes da Frentas estiveram reunidos no dia 24 de outubro, na sede da Anamatra, em Brasília. Na ocasião, o grupo discutiu estratégias de atuação conjunto até o final do ano.

Ficou definido, também, que será intensificado o trabalho de articulação com parlamentares e outras autoridades, no sentido de conseguir a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) que reajustam os subsídios. Outro ponto abordado ainda durante a reunião foi a necessidade de unificação e ampliação dos convênios das entidades, possibilitando, assim, mais facilidades para os associados.

No dia 18 de outubro, os representantes das entidades associativas estiveram reunidos, também, com o deputado João Campos (PSDB/GO), na sede da Ajufe, para iniciar as discussões para a formatação de um PL que regulamente a aposentadoria especial para magistrados e membros do Ministério Público. Nesse sentido, o parlamentar explicou que a intenção era apresentar, o mais breve possível, a proposta que delimita em 30 anos o tempo de serviço necessário para aposentadoria.

No dia 18 de outubro, os representantes das entidades associativas estiveram reunidos, também, com o deputado João Campos (PSDB/GO), na sede da Ajufe, para iniciar as discussões para a formatação de um PL que regulamente a aposentadoria especial para magistrados e membros do Ministério Público. Nesse sentido, o parlamentar explicou que a intenção era apresentar, o mais breve possível, a proposta que delimita em 30 anos o tempo de serviço necessário para aposentadoria.

Discutiu-se, ainda, a necessidade de serem implementadas "projeções estaduais da Frente Associativa", por meio dos delegados regionais/estaduais das entidades de classe, para viabilizar a realização de reuniões nos Estados, de forma articulada e conjunta, com os Deputados Federais e Senadores em suas respectivas bases.

Ato Nacional é avaliado como positivo pela Frentas

Fotos: Ascom/ANPT

Frentas reunida com deputado João Campos (PSDB/GO)

ANPT defende democracia na escolha de procuradores-chefes do MPT

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, defendeu a democracia na escolha de procuradores-chefes das Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs), no dia 18 de outubro, durante a 10ª sessão ordinária do CNMP. A sustentação oral aconteceu ao longo do julgamento de processo instaurado por um procurador regional do Trabalho da 5ª Região, que pede a apuração dos atos dos últimos procuradores-gerais do Trabalho que designaram procuradores do Trabalho para chefiar PRTs, em alegada contrariedade ao disposto no artigo 91, VI, da LC 75/93.

Sebastião Caixeta fez sustentação oral na sessão

Foto: Ascom/ANPT

No início do julgamento o relator do processo, conselheiro Luiz Moreira Gomes Júnior, aceitou o pedido da ANPT no sentido de ingressar no feito como interessada e, no mérito, deu parcial provimento ao pedido, para determinar a observância da portaria n. 572/2005. Em seguida, o procurador regional do Trabalho fez sua sustentação oral solicitando que o Conselho declarasse a impossibilidade de nomeação de procurador do Trabalho para o cargo de procurador-chefe nas PRTs, assim como determinasse a dispensa dos atuais procuradores do Trabalho investidos em chefia.

O presidente da ANPT, por sua vez, explicou que a atuação da ANPT, no caso, foi determinada pelo Colégio de Delegados da entidade e suscitou a preliminar de arquivamento do feito em razão da judicialização da questão objeto do procedimento. Disse, também, que, no âmbito do MPT, não existe hierarquia e que a instituição é regida pelo princípio da democracia participativa. Argumentou que, por essa razão, qualquer membro da carreira pode ser até mesmo procurador-geral, sendo que a estruturação peculiar do órgão é distinta da verificada nos outros ramos do MP.

O representante da ANPT informou que existem PRTs sem lotação de procuradores regionais e várias outras em que só existe um destes, o que impede a sucessão no exercício do poder, determinada pelo princípio republicano. "Na última eleição para procurador-geral do Trabalho, por exemplo, uma procuradora do Trabalho teve chance igual à dos outros candidatos para concorrer ao cargo. Isso acontece em todos os ramos do Ministério Público e demonstra que o MP não é regido pelo principio da hierarquia e sim pelo democrático", disse.

Sebastião Caixeta lembrou que a maioria dos membros do MPT tem sido a favor da regra estabelecida pelos procuradores-gerais nos últimos oito anos. Segundo ele, tal atitude, inclusive, favorece a gestão dos procuradores-chefes, visto que eles são escolhidos pelos seus pares.

Após algumas observações, os conselheiros Tito Amaral e Adilson Gurgel pediram vista do processo.

1º Encontro Nacional de Coetraes

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, participou no dia 25 de outubro, em Cuiabá (MT), do 1º Encontro Nacional das Comissões Estaduais pela Erradicação do Trabalho Escravo (Coetraes). O objetivo do evento foi apresentar as comissões e suas metodologias para erradicação do trabalho escravo, assim como demonstrar boas práticas e experiências na área.

Mato Grosso foi o primeiro Estado a receber o Encontro

Foto: Ascom/PRT-MT

Durante o encontro, os participantes fizeram análise da atual conjuntura nacional das condições de trabalho, em especial nas áreas rurais. Conheceram, ainda, o programa Ação Integrada de Qualificação de Egressos do Trabalho Escravo e uma turma de 25 trabalhadores que foi beneficiada pelo programa, a qual atualmente trabalha na construção da Arena Pantanal, que sediará jogos da Copa do Mundo em 2014.

Preocupado com as constantes reformas no cenário da previdência nacional e com o impacto disso em seu futuro?

Com o objetivo de oferecer aos seus associados a oportunidade de planejar uma aposentadoria tranquila e segura, a **ANPT** se uniu a outras Associações e fundou a **JUSPREV - Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira.**

O QUE É A JUSPREV?

A **JUSPREV** é uma Entidade sem fins lucrativos, instituída exclusivamente para os membros das Associações de carreiras jurídicas públicas do Brasil. Está em pleno funcionamento desde 5 de agosto de 2008, contando com 54 Associações Instituidoras, mais de 2018 participantes e patrimônio do Fundo superior a R$ 33 milhões.

POR QUE INGRESSAR NA JUSPREV?

- **BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS**, podendo deduzir até 12% da renda bruta anual na declaração do imposto de renda.
- Taxas diferenciadas em relação às cobradas pelos Bancos. Na JUSPREV, a TAXA DE **GESTÃO DOS ATIVOS É 0%** (taxa que incide sobre o patrimônio do participante).
- Quem ingressou no serviço público após a E.C. nº 41, de 19 de dezembro de 2003, **PODERÁ NÃO CONTAR COM A INTEGRALIDADE E A PARIDADE NA APOSENTADORIA** (confira no site da JUSPREV decisão recente do Conselho Nacional do Ministério Público nesse sentido).
- Possibilidade de inscrever **FAMILIARES** e pessoas com as quais mantém vínculo afetivo, garantindo a proteção de um futuro tranquilo.
- A JUSPREV possui um **BENEFÍCIO EXCLUSIVO – a Renda Mensal Educacional** - com o objetivo de custear o estudo acadêmico dos filhos, netos e crianças carentes.
- Centenas de participantes transferiram os recursos financeiros (PORTABILIDADE de PGBLs) sem incidência de tributação, obtendo **MAIORES RETORNO E RENTABILIDADE**. Faça uma simulação no site da JUSPREV. Pesquise e compare.

Parceria estratégica

ANPT

JUSPREV PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA JUSTIÇA BRASILEIRA

MONGERAL AEGON seguros e previdência

Garanta no presente a tranquilidade do seu futuro e das pessoas que ama.

(41) 3252-3400 | www.jusprev.org.br | **jusprev@jusprev.org.br**

ANPT discute modernização da legislação do Trabalho na Secretaria de Reforma do Judiciário

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, participou no dia 3 de outubro, na Secretaria de Reforma do Judiciário, de reunião que retomou a discussão de propostas que auxiliem no aprimoramento e modernização da legislação material e processual do Trabalho. A comissão foi constituída pelo Ministério da Justiça ainda em 2008, na gestão do então ministro Tarso Genro, e é integrada por diversos juristas e entidades, entre elas a ANPT.

Foto: Ascom/Anamatra

Reunião na Secretaria de Reforma do Judiciário

A reunião foi coordenada pelo secretário de Reforma do Judiciário, Marcelo Vieira, que destacou a importância de priorizar projetos urgentes, entre eles os que regulamentam a terceirização e tramitam no Congresso Nacional,assim como aqueles relacionados ao processo do trabalho. Entre as estratégias dos integrantes do grupo está o agendamento de audiências com parlamentares que são relatores de matérias relacionadas à área trabalhista.

Fonte: Ascom/Anamatra

ANPT ajuíza ação sobre terço constitucional de férias

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) ajuizou ação ordinária contra a União Federal, por meio da qual pretende impedir a incidência de imposto de renda sobre o terço acrescido à remuneração de férias gozadas de seus associados. A entidade solicita, ainda, a devolução dos valores indevidamente descontados.

Segundo a Associação, a incidência não deveria ocorrer, por tratar-se de parcela indenizatória. "Nada mais é que parcela destinada a indenizar o agente público em momento natural de gastos com direitos fundamentais do lazer, descanso e recomposição mental, evitando desequilíbrio nas finanças pessoais do agente, ao mesmo tempo em que reafirma os mandamentos constitucionais de proteção à saúde do trabalhador", diz trecho da ação.

Nesse sentido, a ação interposta pela ANPT solicita que a União seja condenada a devolver os valores já descontados nos últimos dez anos, considerado o período de suspensão do prazo prescricional, devidamente corrigidos e acrescidos dos juros legais, a serem apurados em liquidação da sentença.

Livro analisa jurisprudência dos Tribunais Superiores em relação à competência da Justiça do Trabalho

Foi realizado no dia 26 de setembro, no Foro Trabalhista de Brasília, o lançamento do livro "O que estão fazendo da Competência da Justiça do Trabalho". A obra, que reúne artigos de diversos estudiosos do Direito do Trabalho, foi organizada pelo ex-presidente da Anamatra Grijalbo Coutinho e pelo juiz do Trabalho Marcos Fava. O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e os procuradores do Trabalho Fábio Leal Cardoso e Ludmila Reis Brito Lopes assinam artigo em conjunto, o qual foi publicado na obra, assim como textos subscritos por outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Autores puderam falar sobre seus artigos

O livro faz uma análise crítica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quase sete anos após a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004, que ampliou a competência da Justiça do Trabalho. O artigo elaborado pelos procuradores tem como tema "O STF e as decisões que afastam a competência da Justiça do Trabalho para julgar litígios envolvendo contratações irregulares no âmbito da administração pública".

Durante o evento de lançamento, os autores tiveram a oportunidade de abordar o tema de seus artigos, entre eles o vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o juiz Grijalbo Coutinho, a juíza Noêmia Porto, presidente da Amatra 10, a advogada Gabriele Neves Delgado, coordenadora de graduação do curso de Direito da UnB, Marthius Sávio, advogado e acadêmico, Ricardo Lourenço Filho, também acadêmico da UnB, e Fernando Maciel, coordenador-geral de matérias de benefícios da Procuradoria Federal Especializada do INSS.

Fotos: Ascom/ANPT

Colóquio debate a atuação do Conselho Nacional do MP

O Conselho Nacional do Ministério Público foi tema de colóquio realizado no dia 7 de outubro pelos conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Corregedor Nacional do Ministério Público), Luiz Moreira, Tito Amaral e Alessandro Tramujas. Essa foi a primeira vez que um colóquio como esse aconteceu durante o ENPT.

Os palestrantes interagiram com os participantes

Em sua manifestação, Tito Amaral ressaltou que o Ministério Público está em processo permanente de construção e que, nesse sentido, é necessária firmeza nas iniciativas realizadas. O conselheiro falou sobre a necessidade de união entre os ramos do Ministério Público (MP) para que o êxito seja alcançado em todos os campos e áreas de atuação. "Eu me refiro ao Ministério Público brasileiro, que é uno e indivisível, sem se poder falar na preponderância de nenhum ramo, que não é nem melhor nem pior que os demais", disse.

Amaral afirmou, também, que o MP não tem o direito de errar "nem para mais e nem para menos", não sendo o caso, ao seu ver, de se falar que seria melhor "pecar por excesso que por omissão". Disse que os membros da instituição, como responsáveis por defender os direitos da sociedade, não têm o direito de cometer excessos.

Alessandro Tramujas, por sua vez, falou que a missão do CNMP é a de fiscalizar a administração, a autonomia e a conduta do administrador, além da atividade financeira do MP e do cumprimento dos deveres dos membros da instituição. Comentou, também, que essa é a quarta composição do Conselho e que, ao longo dos anos, ele vem se aprimorando em relação ao trabalho exercido.

O conselheiro reconheceu que são ouvidas alegações no sentido de que o CNMP viria, de certa forma, interferindo na autonomia dos MPs, principalmente estaduais, mas ressaltou que, com a conclusão do planejamento estratégico do Conselho, será mais fácil buscar um alinhamento nas ações. "Vejo que o Conselho pode contribuir muito no MPU, tanto no ramo do Trabalho quanto nos demais".

Já o conselheiro Luiz Moreira falou sobre a necessidade de uma reinvenção do Ministério Público, para que ele se adeque à sua nova realidade. Comentou, também, sobre a necessidade de se vir a debater, no âmbito do Congresso Nacional, uma alteração constitucional para que se implemente a chefia do Ministério Público brasileiro, cujo ocupante não poderia ser chefe de um dos outros ramos específicos, além de poderem concorrer a tal cargo os membros de quaisquer dos ramos do MP. Segundo ele, essa criação ajudaria a diminuir a "deformação da estrutura federalista brasileira". "Enquanto houver uma submissão do MPU e do MPE ao MPF, este último exercerá o protagonismo em todas as suas nuances", disse.

Por fim, o corregedor nacional do MP, Jeferson Luiz Pereira Coelho, também comentou a disparidade existente entre o MPF e os outros ramos do MPU, inclusive em relação a orçamento. Questionou, ainda, que, até então, o MPF era o único cujo orçamento não era submetido ao CNMP, o que teria se alterado, a partir da devolução, pelo Congresso Nacional, de projeto de lei que para lá havia sido enviado sem passar previamente pelo Conselho Nacional, prevendo a criação de centenas de cargos de membros do MPF.

Após suas manifestações, os palestrantes responderam aos questionamentos apresentados pelos participantes, associados da ANPT que compunham a plateia do colóquio.

> "O Ministério Público está em processo permanente de construção"
>
> **Tito Amaral**

Encontro Nacional movimenta Vila Galé de Cumbuco

Cerca de 500 pessoas participaram do 23º ENPT

Foi realizado, entre os dias 6 e 9 de outubro, em Cumbuco (CE), o 23º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Cerca de 500 pessoas, provenientes de todas as partes do Brasil, participaram do evento. Na solenidade de abertura, o presidente da entidade, Sebastião Vieira Caixeta, destacou a participação e a união dos associados como primordial para o sucesso do Encontro.

Caixeta reforçou que o Ceará costuma ser um local muito apreciado pela categoria para a realização dos Encontros. Enfatizou, ainda, que o ENPT é uma oportunidade para que os participantes possam trocar conhecimentos e experiências de maneira mais próxima uns dos outros e com mais tempo disponível, além de propiciar um maior entrosamento entre as famílias dos associados.

O presidente da entidade falou, também, sobre a importância do Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público, realizado no dia 21 de setembro sob a coordenação da ANPT, pelas entidades que compõem a Frente Associativa da Magistratura e do MP, em parceria com a AMB e a Conamp. "Para a ANPT, estar à frente do ato nacional foi muito importante, mas a união é que levará ao sucesso dos pleitos da magistratura e do MP", completou.

O ato nacional reuniu cerca de 1.500 pessoas em Brasília. Caixeta informou que a ANPT continuará com o trabalho de articulação no Congresso Nacional para que os projetos e interesses dos membros do Ministério Público do Trabalho sejam atendidos, como a recomposição das perdas inflacionárias dos últimos cinco anos, a necessidade de uma política de segurança mais adequada, entre outros pontos, tais como saúde e previdência.

Caixeta lembrou que o evento é uma ótima oportunidade para que os participantes troquem experiências

Por fim, o procurador falou sobre o momento pelo qual as carreiras jurídicas brasileiras têm passado nos últimos tempos. Ressaltou, mais uma vez, a necessidade de aprovação dos pleitos das entidades e informou que a Associação continuará com o trabalho que vem sendo feito junto ao Congresso Nacional.

Sebastião Caixeta informou, também, o tema escolhido pela diretoria da ANPT para o 17º Congresso Nacional dos Procuradores do Trabalho (CNPT), que acontecerá em abril de 2012, em Brasília: Ministério Público Brasileiro.

O procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo, por sua vez, reforçou a necessidade de união entre os membros da instituição e parabenizou a ANPT, tanto pela realização do Encontro Nacional quanto pela escolha do tema para o Congresso do próximo ano. O corregedor-geral do Ministério Público, Jeferson Luiz Pereira Coelho, comentou a relevância dos temas discutidos pela entidade e elogiou iniciativa do Ato Nacional.

Após a solenidade, teve início a festa de abertura do ENPT, que deu boas-vindas aos participantes do evento.

Fotos: Ascom/ANPT

Assembleia define Alagoas como primeira opção para receber o próximo ENPT

No dia 7 de outubro, durante a Assembleia Geral Ordinária, o Estado de Alagoas foi escolhido, como primeira opção, para abrigar o 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho. O associado Bernardo Leôncio Moura Coelho conduziu os trabalhos.

A discussão da proposta de pecúlio por ocasião da aposentadoria, apresentada pelo associado Ramon Bezerra dos Santos, foi um dos temas mais debatidos na Assembleia. Diante da complexidade do tema, por maioria de votos, os participantes decidiram criar uma comissão para analisar a questão, inclusive seu impacto financeiro, sendo composta pelos associados Manoel Adroaldo Bispo, Márcio Amazonas Cabral de Andrade e Acir Alfredo Hack.

Em relação à Comissão de Prerrogativas da ANPT, instituída na Assembleia Geral do 22º ENPT, os participam decidiram referendar a decisão da diretoria da entidade no sentido de suspender as atividades da Comissão, visto que a sua criação padecia de vício formal.

O Estado de Alagoas foi eleito para receber o 24º ENPT

Quanto à prestação de contas, o associado e presidente do Conselho Fiscal Erlan José Peixoto do Prado informou que as contas e as despesas da Associação, entre julho, agosto e setembro deste ano foram apreciadas e que todas as indicações feitas pelos integrantes do Conselho foram observadas. Nesse sentido, a Assembleia, acatando o parecer do Conselho Fiscal, aprovou as contas da entidade.

Por fim, o Estado de Alagoas foi eleito, por maioria de votos, como primeira opção para receber o 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho. Em segundo lugar, os participantes da Assembleia escolheram o Estado do Rio Grande do Norte.

Associados recebem esclarecimentos sobre sistema de previdência da JUSPREV

A Previdência Associativa do Ministério Público e da Justiça Brasileira (JUSPREV) foi apresentada aos associados da ANPT durante o 23º ENPT, por meio de sua gerente, Deborah Traldi Maggio. Com a palestra ministrada, os participantes do evento conheceram as vantagens e as necessidades de se ter um plano de previdência complementar, bem como os principais benefícios da JUSPREV em relação às entidades abertas de previdência.

Durante sua explanação, a gerente explicou que a JUSPREV conta atualmente com 54 Associações Instituidoras em todo o território nacional, dentre elas a ANPT, somando, em pouco mais de três anos de distribuição do Plano de Benefícios Previdenciários (PLANJUS), um patrimônio de aproximadamente 33 milhões de reais e 2018 participantes. "Diversas associações de classe que ainda não participam da JUSPREV manifestaram interesse em aderir, objetivando oferecer aos seus associados um plano de previdência complementar diferenciado", disse.

Maggio informou, também, que a JUSPREV é uma entidade sem fins lucrativos, com taxas menores que as oferecidas no mercado. Disse, ainda, que os participantes têm como vantagens incentivos fiscais com possibilidade de dedução das contribuições no imposto de renda limitado até 12% da sua renda bruta anual, dentre outras.

Procuradores do Trabalho envolveram-se nas competições esportivas

Durante os dias de realização do 23º ENPT, os participantes suaram a camisa nas competições esportivas promovidas pela ANPT. A novidade deste ano foi a "Primeira Corrida/ Caminhada dos Procuradores do Trabalho", que reuniu diversos associados e familiares na praia de Cumbuco para disputar os cinco quilômetros de prova.

Entre os homens, a medalha de ouro foi para o procurador do Trabalho Carlos Augusto Sampaio Solar, tendo ficado em segundo lugar José Delen, e a medalha de bronze foi para o associado Roberto Portela Mildner. No feminino, chegou em primeiro lugar a procuradora Adriane Herbst. A medalha de prata ficou com Thais Monteiro e a de bronze foi para a associada Silvana Suckon.

Já no disputado campeonato de tênis, que teve início na manhã de sexta-feira (7/10) e só terminou na parte da tarde, o primeiro colocado foi o procurador do Trabalho Odracir Juares Hecht. Em segundo lugar ficou o associado Omar Afif e, com a medalha de bronze, Alberto Emiliano de Oliveira Neto.

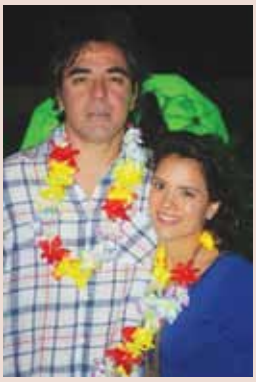
Na aguardado torneio de futebol, que reuniu quase cinquenta pessoas, a bola correu solta. Após uma hora e meia de jogo, o time verde escuro consagrou-se campeão, em segundo lugar ficou a equipe de cor creme e, em terceiro, o time verde claro.

A entrega das medalhas aconteceu na noite de sábado (8/10), durante o lual havaiano de encerramento do 23º ENPT. Ao som da banda Acaiaca, os participantes do Encontro aproveitaram os últimos momentos do evento no Estado do Ceará.

23º ENCONTRO NACIONAL

6 a 9 de outubro | hotel Vila Galé | Praia de Cumbuco/CE

DOS PROCURADORES DO TRABALHO



CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o *site*: www.compracerta.com.br
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
Unibanco	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do *site* da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.
WAL-MART	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do *site*, além de 10% em diversas categorias.	Acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televendas 3003-6000

Para conferir os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do *site*. O endereço é www.anpt.org.br

ENTREVISTA

Foto: Ascom/CNMP

"O Ministério Público brasileiro precisa ser reestruturado"

Luiz Moreira Junior, conselheiro do CNMP, aborda o momento vivido pelo MP do Brasil e sugere a criação do cargo de procurador-geral Nacional, a ser ocupado por membros do Ministério Público brasileiro. Confira.

Qual sua avaliação em relação ao momento pelo qual o Ministério Público tem passado? É necessário, de fato, uma reinvenção do MP?

Não acho que seja necessária uma reinvenção. Acho que, decorridos mais de 20 anos da promulgação da Constituição, as exigências são outras. Espera-se das instituições outros papéis, condizentes com o momento histórico que vivemos. É que as instituições que fazem o sistema de justiça têm uma dívida muito grande com a sociedade brasileira. Se partirmos da perspectiva de que essas instituições colaboraram com as ditaduras brasileiras, então perceberemos que há muito por fazer. Entre nós há um certo fetiche rondando o direito. No Brasil, todas as ditaduras do século XX foram jurídicas. Quer dizer que, entre nós, Estado de Direito sempre existiu, o que poucas vezes ocorreu foi regime democrático. Nesse caso, precisamos de causas sociais para o Ministério Público. Não é possível que uma instituição tão dispendiosa converta-se numa instituição para poucos. Precisamos de um Ministério Público Social no Brasil, que dê ênfase à inclusão social, aos miseráveis, aos sem teto, aos sem trabalho. Desse modo, uma das causas mais relevantes é o combate ao trabalho escravo.

Há tratamento equânime entre os ramos do MPU? O que falta para um alinhamento adequado entre eles?

Não disponho de dados concretos. No entanto, durante as inspeções promovidas pela Corregedoria Nacional ficou muito evidente que há um fosso entre o número de servidores do MPF e os do MPT, bem como faltam instalações para o MPT. Evidentemente, isso decorre do desprestígio à questão social no Brasil. É injustificável que não haja uma simetria entre magistrados e membros do MP do Trabalho. Se houvesse, haveria a possibilidade de a questão social, o emprego, as relações de trabalho passarem a ocupar uma posição de destaque no sistema de justiça no Brasil. Nesse sentido, é auspiciosa a nomeação da ministra Rosa Weber para o STF.

Durante o 23º ENPT, no colóquio realizado pela ANPT com os conselheiros do CNMP, foi levantada a necessidade de criação do cargo de chefe do MP brasileiro. Como funcionaria?

O Ministério Público brasileiro precisa ser reestruturado. Veja as dificuldades que temos, por exemplo, na Justiça Eleitoral e no STJ. Se há um Ministério Público capilarizado é o dos Estados. Os promotores de Justiça são os promotores eleitorais, em decorrência de suas presenças nos municípios brasileiros. Qual é a razão para o MPF funcionar nos Tribunais Regionais Eleitorais quando essa é uma tarefa confiada ao sistema de justiça estadual? Enquanto os presidentes e os corregedores dos Tribunais Regionais Eleitorais são Desembargadores Estaduais, é injustificável que o procurador regional Eleitoral não seja um procurador de Justiça. Outro problema ocorre no STJ. O membro do Ministério Público dos Estados e do DF pode concorrer à vaga de ministro do STJ, mas não pode exercer seu mister naquele Tribunal. O legítimo é que, por ser um Tribunal Nacional, os membros do Ministério Público dos Estados e do DF pudessem ser ministros, mas que também pudessem oficiar no STJ.

Para isso, seria desejável que uma PEC modificasse essa situação caótica que vivemos, criando o cargo de subprocurador Nacional, pelo qual quaisquer membros do Ministério Público brasileiro, exceto os do MPT e do MPM (ramos especializados que já atuam no TST e no STM, respectivamente), pudessem se habilitar. Criar-se-ia também o cargo de procurador-geral Nacional, ocupável por quaisquer dos membros do Ministério Público brasileiro, desde que maiores de 35 anos e com mais de 10 anos de atividade no Ministério Público. Com esta PEC haveria uma reordenação do Ministério Público democratizando-se o acesso aos seus órgãos de cúpula, proporcional à realidade da instituição.

Na era em que vivemos, em que a relação capital/trabalho parece não ser suficiente para definir nossa estrutura simbólica, seria muito interessante, sobretudo nesses momentos de crise econômica, que um egresso do Ministério Público do Trabalho, por exemplo, fosse o chefe do Ministério Público brasileiro.

Com essa nova composição no CNMP, quais as frentes de trabalho que devem ter prioridade?

Acho que a questão da Corregedoria deve ocupar as discussões. Se é certo que a Corregedoria Nacional deve ser fortalecida, é igualmente correto que as Corregedorias locais devem ser reestruturadas. A criação dos Conselhos Nacionais, tanto do Ministério Público quanto do Judiciário, também está atrelada a uma profunda inoperância das Corregedorias locais. Quer dizer: a burocracia e o corporativismo, como bem alertou Raymundo Faoro, se apropriaram dessas instituições. Agora, a questão precisa ser colocada em termos mais radicais: a existência do CNMP e do CNJ não desobriga as Corregedorias locais, nem soluciona os problemas existentes. As estruturas das Corregedorias Nacionais não têm o condão de modificar vícios. Muitas vezes o que ocorre, com as inspeções por elas promovida, é a convalidação de equívocos. A atuação do CNMP deve ter um papel preventivo, de estimular o desenvolvimento de mecanismos que coíbam vícios, mas também que seja capaz de ajudar a instituição frente aos desafios. A principal tarefa desses Conselhos Nacionais é o de coordenação, de orientação. Nesse sentido, creio que a Corregedoria Nacional do MP deveria coordenar um trabalho de reestruturação das Corregedorias locais, e é isso o que pretende o atual Corregedor Nacional, Jeferson Coelho.

Penso que cabe ao CNMP a tarefa de elaboração, de construção de paradigmas. Há questões que precisam ser enfrentadas com outro foco que não apenas o da punição. Chamo a atenção para questões que permanecem sem resposta e que o CNMP poderia ter um papel decisivo: (1) com a atual forma de atuação e as limitações próprias às designações, o problema da segurança institucional é intransponível; (2) as atuações, com competências definidas restritivamente, se circunscrevem à questões geográficas ou do ramo a que se pertence, tornado impotente e fechada sobre si mesma a instituição; e (3) a ideia de que somos todos corruptos fez com que a criminalização e a tutela da sociedade pelo Ministério Público se volte sobre a própria instituição.

ANPT participa de solenidade de posse da nova diretoria do CNPG

Tomou posse no dia 13 de outubro a nova diretoria do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), em cerimônia realizada no hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro. O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, participou da solenidade, que empossou o procurador-geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Lopes, como presidente do Conselho, para o biênio 2011/2012.

Em seu discurso, o procurador-geral de Justiça do Rio de Janeiro afirmou que tem como objetivo dar continuidade ao trabalho de todos os ex-presidentes do CNPG, por se tratar, este último, de instância de defesa da causa social do Ministério Público. Ele pretende prosseguir com a formulação de políticas de caráter nacional, fomentando e articulando a unidade institucional.

Cerca de 400 convidados participaram da cerimônia, entre eles membros do Ministério Público do Trabalho, como o procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, o corregedor nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, Jeferson Luiz Pereira Coelho, o ex-procurador-geral do Trabalho Otavio Brito Lopes, e a procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, Teresa Cristina d´Almeida Basteiro.

foto: Ascom/MPT-RJ

Solenidade de posse aconteceu no Rio de Janeiro

Fonte: Ascom/MPT-RJ

Novos convênios trazem mais benefícios para associados

A ANPT firmou novas parcerias que trazem mais vantagens para seus associados, entre elas com o grupo WALMART. Por meio do acordo, os filiados à entidade terão 5% de desconto em mais de sessenta mil produtos do *site*, além de 10% em diversas categorias. Para ter acesso a esses benefícios, acesse www.walmart.com.br/anpt ou compre pelo televendas 3003-6000.

A entidade firmou, também, através de parceria com a APMP, convênio com o programa Parceiros Chevrolet, por meio do qual os associados têm acesso a preços diferenciados para a aquisição de automóveis. Ainda pela parceria com a APMP, a Associação firmou convênio com a fábrica de automóveis NISSAN, para que seja possível a compra de veículos utilizando a tabela de frotista.

No mês de setembro, a entidade firmou, ainda, convênio com a Universidade "La Sapienza", de Roma, para oferecer o curso "O Trabalho no Ordenamento Jurídico Italiano e Comunitário: Relações Industriais, Contrato, Segurança Social e do Processo de Trabalho", que será realizado entre os dias 14 de maio e 21 de junho de 2012, compreendendo 50 horas de aula.

A ANPT disponibiliza aos seus associados, por meio de convênio com o Instituto Brasileiro de Estudos Avançados (IBEA), bolsa de 50% para o curso de doutorado em Direito do Trabalho, a ser ministrado na Universidade Nacional de Mar Del Plata, na Argentina. As aulas acontecerão em três módulos semestrais de 10 dias úteis cada, sendo o primeiro deles no período de 16 a 27 de janeiro de 2012. Após cursar os módulos e ser aprovado em todas as disciplinas, os alunos terão até dois anos para desenvolver a tese e fazer sua defesa.

Para mais informações, acesse a área restrita do site da ANPT, por meio do endereço www.anpt.org.br, ou entre em contato com a Associação pelo telefone: (61) 3325.7570

Procurador do Trabalho lança livro sobre reforma trabalhista e precarização social

Foi lançado no dia 3 de novembro, em versão eletrônica, o livro "Precarizar para crescer? Razões para se buscar o desenvolvimento do Brasil sem a eliminação de direitos trabalhistas", de autoria do procurador do Trabalho Rafael de Araújo Gomes. A obra chama a atenção para a tentativa de flexibilização da legislação trabalhista que, segundo o autor, vem ocorrendo desde o início deste ano na busca de "implementar uma agenda de reformas neoliberais".

O livro "Precarizar para crescer?" está disponível, por enquanto, somente na versão digital. Acesse o site da ANPT e baixe o arquivo, que está disponibilizado nas versões PDF, EPUB (para leitura em iPad e iPhone) e MOBI (para leitura em Kindle).